

PROCESSO - A. I. Nº 298938.1003/11-6
RECORRENTE - JOSÉ RICARDO ARAÚJO FERREIRA DE COITÉ (COITÉ RURAL)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JF nº 0054-02/12
ORIGEM - INFAZ SERRINHA
INTERNET - 10/10/2013

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0319-11/13

EMENTA: ICMS. **INFRAÇÃO 1** – FALTA DE APRESENTAÇÃO DOS ARQUIVOS MAGNÉTICOS. INFRAÇÕES 1 E 2. Configurado o descumprimento da obrigação acessória. Exigências mantidas. **INFRAÇÃO 2** - ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO. Inexistência de provas matérias capazes de elidir a exigência. Exigência mantida **INFRAÇÃO 4** - DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE PAGAMENTO. BENS DO ATIVO FIXO. Argumentos defensivos incapazes para elidir a acusação fiscal. **INFRAÇÃO 5** - LIVROS FISCAIS. DIVERGÊNCIA ENTRE OS VALORES LANÇADOS NOS DOCUMENTOS FISCAIS E NOS LIVROS FISCAIS PRÓPRIOS. Recolhimento a menor do ICMS. Documento de arrecadação apresentado, relativo a outro estabelecimento. Exigência mantida. **INFRAÇÃO 6** - NOTAS FISCAIS. EMISSÃO DA NOTA FISCAL EM SUBSTITUIÇÃO AO CUPOM FISCAL A QUE ESTÁ OBRIGADO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Nulidade afastada. Infração caracterizada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra a Decisão da 2ª JF – Junta de Julgamento Fiscal proferida em 27/03/2012 (fls. 310 a 318) que julgou Procedente o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 29/11/2011, com o objetivo de exigir da ora recorrente crédito tributário no valor histórico de R\$ 173.054,36, decorrente das seguintes infrações:

Infração 01- 16.12.20: Falta de entrega de arquivo magnético, nos prazos previstos na legislação, o qual deveria ter sido enviado via internet através do programa Transmissão Eletrônica de Dados (TED). Período: Janeiro de 2007 a dezembro de 2008. Enquadramento: art. 686 e 708-A do RICMS/BA. Multa Fixa de R\$ 1.380,00 para cada período (art. 42, XIII-A, alínea j, da Lei 7.014/96), com o valor total de R\$ 33.120,00;

Infração 02 – 16.12.15: Deixou de fornecer arquivo(s) magnético(s), exigido mediante intimação, com informações das operações ou prestações realizadas. Enquadramento: art. 686 e 708-B do RICMS/BA. Período: Janeiro de 2007 a dezembro de 2008. Multa aplicada: 1% para cada período (art. 42, XIII-A, alínea g, da Lei 7.014/96);

Infração 03 – 07.15.02: Recolheu a menor o ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização. Enquadramento: art. 61, IX, art. 125, II, § 7º e 8º e art. 352-A, RICMS/BA. Multa aplicada: 60% sobre o valor do imposto (art. 42, II, d, da Lei n.º 7.014/96);

Infração 04 – 06.01.01: Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento. Enquadramento: art. 1º, § 2º, I e V, art. 5º, I, art. 36, § 2º, inciso XIV, art. 69, art.

72, art. 111, alínea a, art. 124, I e art. 131, RICMS/BA. Multa aplicada: 60% sobre o valor do imposto (art. 42, II, f, da Lei n.º 7.014/96);

Infração n.º 05 – 03.01.04: Deixou de recolher ICMS em função de divergência entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais próprios. Enquadramento: art. 116, art. 124, I, 322 e parágrafos ou 323 e parágrafos, conforme o caso, do RICMS/BA. Multa aplicada: 60% sobre o valor do imposto (art. 42, II, a, da Lei n.º 7.014/96);

Infração n.º 06 – 16.12.16: Emitiu outro documento fiscal em lugar daquele decorrente do uso de equipamento de controle fiscal nas situações em que está obrigado. Enquadramento: art. 824-D, II, do RICMS/BA. Multa aplicada: 2% sobre o valor da operação (art. 42, XIII – A, h, da Lei n.º 7.014/96).

Concluída a instrução do feito, a 2ª JJF entendeu por bem, à unanimidade, julgar Procedente o Auto de Infração o que fez nos seguintes termos:

VOTO

Após analisar as peças que compõem o presente PAF, constatei que o autuante lavrou o Auto de Infração em tela para exigir imposto decorrente de seis imputações.

Na infração 01 é imputado ao sujeito passivo a falta de entrega de arquivo magnético, nos prazos previstos na legislação, o qual deveria ter sido enviado pela internet por meio do programa Transmissão Eletrônica de Dados (TED), em relação aos meses de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, acarretando aplicação de multa no valor de R\$ 33.120,00. Enquanto que, na infração 02 é imputado ao sujeito passivo deixar de fornecer arquivos magnéticos, exigido mediante intimação, com informação das operações ou prestações realizadas, referentes aos meses de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, acarretando aplicação de multa no valor de R\$109.183,35.

Em sua defesa o autuado tratou as duas infrações de forma conjunta, alegando que ambas as infrações se referem a condutas similares, podendo resumir a uma única conduta: não disponibilizar ao fisco o arquivo magnético, de modo que não se deveria desdobrá-la para fins de aplicação de duas sanções de mesma natureza — pecuniária — porém com regras de dimensionamento diversas. Dividir a infração em duas para fins de imposição de penalidade implica na prática de bis in idem. Frisa que o suposto cometimento da infração não gerou qualquer sorte de prejuízo ao Fisco.

Entendo que os argumentos defensivos não podem ser acolhidos, conforme passo a expor.

Diferente do alegado na defesa, a falta de entrega dos arquivos magnéticos gera grande prejuízo para a Administração Tributária, especialmente no controle da arrecadação e fiscalização. Atualmente, é impossível que as atividades tributárias da Secretaria da Fazenda sejam exercidas sem a utilização dos Recursos da informática, que nesse caso temos como ponto de partida os arquivos magnéticos enviado pelo contribuinte como os dados de suas operações. Por essa razão é que o Estado da Bahia estabeleceu, mediante lei, as multas aplicadas no Auto de Infração ora em lide.

De igual modo, não pode ser acolhido o argumento defensivo de que as duas infrações poderia ser resumida em uma única conduta, pois as infrações ocorrerão em momentos distintos e são prevista em dispositivos legais também distintos, bem como as multas são diferente para cada uma das infrações.

No caso da primeira infração, a obrigação do contribuinte de entregar os arquivos magnéticos é decorrente do artigo 708-A, inciso IV, §§ 4º e 5º, do RICMS/97, o qual determina, para o caso em tela, que o contribuinte do ICMS usuário de SEPD deverá entregar o arquivo magnético, referente ao movimento econômico de cada mês, até o dia 30 do mês subsequente, via Internet, através do programa Validador/Sintegra, que disponibilizará para impressão o Recibo de Entrega de Arquivo, cancelado eletronicamente após a transmissão, ou na repartição fazendária. O mesmo procedimento deve ser observado pelo contribuinte que exerça atividade econômica de comércio por atacado, ainda que não seja usuário de SEPD para emissão de documentos fiscais ou para escrituração de livros fiscais.

Como o contribuinte não atendeu a determinação legal o autuante aplicou corretamente a multa R\$1.380,00, por cada mês, em que ocorreu a falta de transmissão dos arquivos magnéticos no prazo estipulado, conforme demonstrativos acostado à folha 29 dos autos.

Já na segunda infração, o contribuinte, mais uma vez, apesar de devidamente intimado pela fiscalização, mesmo constando da Intimação que o não atendeu resultaria na aplicação da multa, insistiu em descumprir a legislação estadual, uma vez que o artigo 708-B, do RICMS/97, determina que o contribuinte fornecerá ao fisco os documentos e o arquivo magnético de que, sempre que for intimado, no prazo de 5 dias úteis contados da data do recebimento da intimação, sem prejuízo do acesso imediato às instalações, equipamentos e informações em meios magnéticos.

Assim, como o contribuinte não atendeu a Intimação o autuante, na infração 02, agindo corretamente, aplicou a multa de 1% sobre o valor das aquisições ou das vendas de mercadorias do período de apuração, das duas a

maior, conforme demonstrativo e DMAs às fls. 34 a 58.

Quanto aos cálculos dos valores apurados nas infrações, os mesmos não foram questionados pela defesa.

Portanto, não resta dúvida de que o contribuinte praticou duas infrações distintas, não existindo o *bis in idem* alegado pela defesa, razão pela qual entende que as infrações 01 e 02 restaram caracterizadas.

Na infração 03 é imputado ao autuado ter recolhido a menos o ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da federação, adquiridas com fins de comercialização.

Em sua defesa o sujeito passivo alega que não existe prova do cometimento da infração, pois analisando as notas fiscais que embasaram a infração observou que existem mercadorias isentas, outras enquadradas na substituição tributária interna e questiona a utilização de alíquota de 17%, sem observar o princípio constitucional da seletividade e 38% sobre carabinas de pressão e respectiva munição.

No presente caso, o sujeito passivo simplesmente alegou que foram incluídas mercadorias isentas, com fase de tributação encerrada (substituição tributária) e com base de cálculo reduzida, sem apresentar qualquer documento para comprovar sua alegação. Tais alegações sem elementos de prova não é capaz de elidir a imputação, pois conforme determinação contida no artigo 123, do RPAF/99, o sujeito passivo tem o direito de fazer a impugnação do Auto de Infração, devendo a defesa ser acompanhada das provas que o contribuinte tiver, inclusive levantamentos e documentos referentes às suas alegações, haja vista que a simples negativa de cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de veracidade da autuação fiscal, conforme previsto no art. 143, do mesmo regulamento.

No tocante a aplicação da alíquota de 38% para as mercadorias armas e munições, também foi correto o procedimento da fiscalização, pois a única exceção para aplicação da referida alíquota, é quando forem destinadas às forças armadas ou as Polícia Civil e Militar, conforme artigo 50, inciso IV, do RICMS/97.

A infração foi embasa no demonstrativo de apuração da Antecipação Parcial, fls. 59 a 65, documentos fiscais, fls. 66 a 241, e nos os documentos de arrecadação pagos pelo contribuinte às fls. 73, 94, 95, 112, 126, 146, 155, 171, 184, 204, 205, 217, 230 e 241, os quais comprovam que houve recolhimento a menos do ICMS devido a título de Antecipação Parcial, portanto é devido o pagamento a título de antecipação parcial do ICMS, nas entradas neste Estado, de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas na substituição tributária, estando caracterizada a infração 03.

Na infração 04 é imputado ao autuado ter deixado de recolher ICMS decorrente da diferença entre alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento.

Em sua defesa o sujeito passivo alega que é referente a veículo que foi utilizado pela empresa, no desenvolvimento de suas atividades, bem que não foi adquirido para comercialização, mas para a incorporação definitiva ao patrimônio do contribuinte, como ativo fixo, não haveria que se falar em pagamento de ICMS decorrente da diferença entre alíquotas internas e interestaduais.

O argumento defensivo não pode ser acolhido, uma vez que vai a colisão frontal com as normas tributárias relativas ao ICMS, em especial o inciso I do artigo 5º do regulamento do referido imposto, ao tratar da ocorrência do fato gerador para fins de pagamento da diferença de alíquotas, o qual estabelece que:

Art. 5º Para efeitos de pagamento da diferença de alíquotas, ocorre o fato gerador do ICMS no momento:

I - da entrada, no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra unidade da Federação, quando destinados a uso, consumo ou **ativo permanente do próprio estabelecimento**;(Grifei)

Sa leitura do enunciado acima que não resta dúvida quanto a legalidade da cobrança da diferença de alíquota na operação de aquisição do veículo para integrar o ativo da empresa. O dispositivo é claro, ocorrendo o fato gerador, cabe ao autuado efetuar o pagamento do ICMS decorrente da diferença das alíquotas internas e interestaduais.

Logo, nas aquisições interestaduais de bens destinados ao ativo fixo, é devido o imposto referente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual, como os argumentos defensivos são incapazes para elidir a acusação fiscal, entendo que a infração 04 restou caracterizada.

Na infração 05 é imputado ao autuado ter deixado de recolher ICMS decorrente da divergência entre os documentos fiscais e os lançamentos nos livros fiscais próprios.

Em sua defesa o sujeito passivo alega que tal infração não ocorreu, haja vista que, conforme demonstra o documento de arrecadação estadual (DAE), efetuou-se o recolhimento do tributo devido, no importe de R\$2.519,47, recolhido em janeiro de 2008, referente a dezembro de 2007.

O argumento defensivo não é capaz de elidir a autuação, pois na análise do demonstrativo, cópia do livro Registro de Apuração do ICMS e seus documentos Documento de Arrecadação Estadual às fls. 244 a 249, observasse que o contribuinte teria de recolher o ICMS no valor de R\$7.884,97, porém, recolheu apenas R\$5.365,50.

Como bem ressaltou o autuante em sua informação fiscal, o autuado considerou como pagamento próprio o recolhimento feito pelo seu depósito, fls. 296, estabelecimento que realiza operações de compra, bem como não funciona exclusivamente para armazenagem das mercadorias da empresa matriz.

Observe que, efetivamente, no referido documento consta outra Inscrição Estadual a de nº 72.481.065, diferente do estabelecimento autuado. Portanto, não pode ser considerado que o pagamento do ICMS teria sido realizado pelo estabelecimento autuado, sendo procedente a infração 05.

Na infração 06 é imputado ao autuado ter emitido outro documento fiscal em lugar daquele decorrente do uso de equipamento de controle fiscal nas situações em que está obrigado, acarretando aplicação de multa.

Em sua defesa o autuado aduz que a autuação padece de vício formal, na medida em que sequer aponta qual documento diverso do devido fora emitido.

Não pode ser acolhida a preliminar de nulidade requerida pela defesa, pois não têm amparo fático ou jurídico os argumentos relativos aos pressupostos de validade do procedimento fiscal, pois a autuante expôs com clareza a fundamentação de fato e de direito, na medida em que descreve as infrações, fundamentando com a indicação dos fatos, normas e documentos, bem como de seus dados, assim como indica o supedâneo jurídico. Não foi identificada nenhuma violação ao princípio do devido processo legal ou a quaisquer princípios de Direito Administrativo ou Tributário, em especial os do processo administrativo fiscal, tendo sido observado o direito à ampla defesa e ao contraditório, visivelmente caracterizados pelos aspectos abordados na impugnação, bem como pela narrativa dos fatos e correspondente infrações imputadas.

Ademais, devo ressaltar que os documentos objeto da autuação foram levantados com base na cópia do livro Registro de Saídas acostado às folhas 251 a 268.

Portanto, ante ao acima exposto, entendo que não pode ser acolhido a alegação de nulidade da autuação vez que não vislumbro nos autos qualquer mácula que inquine de nulidade o lançamento de ofício ora em lide.

No mérito asseverou o impugnante que, conforme comprovam os documentos acostados pela defesa, bem como os documentos que acompanharam o Auto de Infração, o contribuinte sempre emitiu, em relação às operações de saída por ela realizadas, os documentos fiscais impostos pela legislação.

Tal argumento não é capaz de elidir a imputação, pois não houve exigência de pagamento do ICMS, apenas, ocorreu a aplicação de multa pela falta de emissão do documento fiscal apropriada para a operação decorrente do uso de equipamento de controle fiscal nas vendas para consumidor final.

Os documentos acostados pela defesa não comprovam que as referidas vendas foram realizadas para contribuinte do ICMS, que teriam adquiridos essas mercadorias para revenda.

Por sua vez, os documentos acostados pela fiscalização, resta caracterizado que são as vendas realizadas a consumidores por meio de Notas Fiscais de Venda a Consumidor, conforme destacadas na coluna “espécie de documento fiscal” do respectivo livro, folhas 251 a 268. Tais registros evidenciam as operações de vendas a não contribuintes do ICMS, caracterizando a infração prevista na legislação, razão pelo qual, foi devidamente apurada e cobrada no lançamento fiscal.

Assim, entendo que a infração 06 restou caracterizada.

Quanto ao pedido de exclusão das multas aplicadas por entender a defesa que são confiscatórias, inconstitucionais, o mesmo não pode ser acolhido, pois o art. 167, I, do RPAF/99, exclui da competência dos órgãos julgadores a declaração de inconstitucionalidade, razão pela qual me abstenho de manifestar a respeito.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDENTE do Auto de Infração.

Intimado acerca do resultado do julgamento, o sujeito passivo interpôs Recurso Voluntário através do qual repetiu na íntegra os argumentos então apresentados na defesa, os quais podem ser assim expostos em apertada síntese:

Itens 01 e 02 – Aduz que a exigência perpetrada através destes dois itens se refere à mesma conduta infracional, qual seja: a falta de entrega dos arquivos magnéticos Nestes termos, a imposição de tais penalidades implica na reprovável prática de bis in idem;

Item 03 – Argumenta que inexistente prova de que as mercadorias tenham sido adquiridas em outras unidades da Federação, bem assim que o imposto devido por antecipação não tenha sido integralmente recolhido. Diz que dentre as notas fiscais listadas no demonstrativo anexo ao Auto de Infração há aquisições de mercadorias

isentas do ICMS, a exemplo de máquinas agrícolas, bem assim mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária sobre as quais não deveria ser exigida a antecipação parcial.

Alega ainda quanto a este item que no referido demonstrativo utilizou indiscriminadamente a alíquota de 17% para todas as aquisições sem atentar para o fato de que, dentre as aquisições há mercadorias que são submetidas a alíquotas menores.

Complementa arguindo que o auditor fiscal também incorreu em equívoco ao aplicar a alíquota de 38% (trinta e oito por cento) para exigir a antecipação parcial em relação às aquisições de carabinas de pressão e cartuchos de munição. Isto porque, no seu entender, a referida alíquota majorada não é aplicável a este tipo de arma que se destinam à prática de tiro esportivo.

Item 04 – Diz que a exigência não tem procedência já que o bem teve como destino o seu ativo fixo e, portanto, quanto a esta operação só lhe caberia proceder ao crédito do ICMS destacado na nota fiscal de aquisição, nunca o recolhimento do diferencial de alíquota conforme pretende a fiscalização.

Item 05 – Sustenta ser indevida a exigência em razão de o valor exigido já ter sido devidamente recolhido na época própria. Para comprovar sua alegação procede à juntada de DAE no exato valor da exigência que afirmar atestar o recolhimento.

Item 06 – Inicialmente requer seja declarada a nulidade da exigência em razão de na descrição dos fatos o auditor autuante não ter apontado qual o documento diverso do devido fora emitido.

No mérito sustenta que as operações, cujos documentos fiscais foram arrolados pela fiscalização dizem respeito a vendas para contribuintes do imposto, sendo esta a razão de ter emitido notas fiscais. Conclui afirmando que sempre emitiu em relação às operações de saída por ele realizadas os documentos fiscais impostos pela legislação.

Sustenta ao final que o valor exigido a título de multa pelo cometimento das infrações é nitidamente excessivo, confiscatório e desarrazoado, sendo assim, mister se faz o reconhecimento da exorbitância das penalidades, e, por conseguinte, o seu cancelamento. Traz à colação textos da doutrina que sustentam a sua tese.

Pugna pela reforma da Decisão de piso e, por consequência, pelo reconhecimento da improcedência do Auto de Infração.

Instada a se manifestar, a PGE/PROFIS opinou pelo provimento parcial do Recurso Voluntário. No entender do Nobre Representante, merece acolhida a tese do Recorrente no sentido da ocorrência de *bis in idem* quanto às infrações 1 e 2 já que visam punir o mesmo ato infracional, vale dizer: a falta de entrega dos arquivos magnéticos.

Nestes termos, opina no sentido de que a penalidade cominada na infração 1 seja absorvida pela penalidade cominada na infração 2.

Quanto aos demais itens do Auto de Infração entende que o Recorrente não trouxe em seu Recurso argumentos capazes de infirmar o lançamento de ofício, opinando quanto a estes itens pelo não provimento das razões de apelo.

VOTO

Conheço do Recurso em face da tempestividade e regularidade de sua interposição pelo que passo a apreciar as razões de apelo apresentadas no Recurso.

Da análise da peça recursal interposta pelo Recorrente é possível constatar que as razões de irresignação apresentadas à apreciação desta Câmara são exatamente iguais àquelas aduzidas na pela impugnatória. Não há sequer alteração na ordem dos parágrafos.

Por outro lado, verifico que a Decisão de piso enfrentou, uma por uma, todas as razões de defesa então apresentadas, cotejando-as com as respectivas informações prestadas pelo auditor fiscal responsável pelo lançamento de ofício e com o conjunto probatório carreado aos autos, bem assim com quanto previsto na legislação de regência, concluindo pela Procedência integral do Auto de Infração.

Neste contexto, considerando, como dito anteriormente, que o Recorrente não trouxe em sua peça recursal quaisquer razões de fato ou fundamento de direito que não tenham sido exaustivamente apreciados pela 2ª JJF, não vislumbro outro caminho a ser perflhado, senão o de manter a Decisão de piso pelos seus próprios fundamentos.

Aqui peço vênica para discordar do opinativo do Representante da PGE/PROFIS quanto aos itens 01 e 02 dos Autos de Infração, pois alinho-me ao entendimento externado pelos membros integrantes da 2ª JJF no sentido de que as penalidades impostas através dos referidos itens não visam punir um único ato infracional, mas sim duas condutas distintas, a saber: a primeira no valor de R\$ 1.380,00 por cada período de apuração, é destinada a punir a falta de transmissão do arquivo na data estabelecida pela legislação, enquanto que a segunda, em valor correspondente a 1% do total das entradas ou saídas, mais gravosa, portanto, visa punir a confirmação do animus do contribuinte em não cumprir a obrigação acessória, externada, a seu turno, pelo não atendimento da intimação que teve por objetivo sanar a inadimplência constatada.

Ante ao exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao Recurso Voluntário, mantendo integralmente a Decisão proferida pela 2ª JJF, para julgar Procedente o Auto de Infração de lançamento de ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **298938.1003/11-6**, lavrado contra **JOSÉ RICARDO ARAÚJO FERREIRA DE COITÉ (COITÉ RURAL)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor **R\$21.155,11**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, alíneas “a”, “d” e “f”, Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$151.899,25**, prevista no art. 42, XIII-A, alíneas “h”, “j” e “g”, da mesma lei, com os acréscimos moratórios de acordo com a Lei nº 9837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de setembro de 2013.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

ROSANY NUNES DE MELLO NASCIMENTO – RELATORA

MARIA JOSÉ COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO-SÉ – REPR. DA PGE/PROFIS